



O Brasil e o movimento social global: uma análise dos eventos de junho de 2013 em perspectiva histórica

Brazil and the global social movement: an analysis of June 2013 events in historical perspective

Cesar Ricardo Siqueira Bolaño*

Adilson Vaz Cabral Filho**

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar os movimentos sociais contemporâneos a partir de manifestações recentes em diferentes países como Egito, Tunísia, Espanha, Estados Unidos, México, Turquia e Brasil. Tendo como ponto de partida as questões em disputa em torno dos movimentos sociais brasileiros na relação de contrastes e semelhanças com outros países citados, busca compreender e oferecer pistas para sua configuração e identidade, para a plataforma de atuação e demandas que empreendem e para as interações e vinculações desses movimentos com movimentos sociais tradicionais, partidos e o posicionamento em relação à democracia representativa. Trata-se de uma abordagem teórica dos conceitos envolvidos, em torno do tema e do enfoque proposto, mas também descritiva e analítica, em torno das questões que estes movimentos sociais contemporâneos inserem no debate, como o diálogo entre demandas econômicas, políticas e socioculturais; a relação com o Estado e organizações tradicionais da sociedade, como partidos e sindicatos, e a relação com as mídias

ABSTRACT

This article aims to analyze contemporary social movements from recent demonstrations in different countries like Egypt, Tunisia, Spain, United States, Mexico, Turkey and Brazil. Taking as its starting point the issues in dispute over Brazilian social movements in relation of contrasts and similarities with other countries mentioned, it seeks to understand and provide clues to its configuration and identity, to the platform of action and demands that they undertake and the interactions and linkages of these movements with traditional social movements, parties and positioning in relation to representative democracy. This is a theoretical approach based on the concepts involved in the theme and the proposed approach, but also descriptive and analytical around the issues that these contemporary social movements bring to the debate, as the dialogue between economic, political and socio-cultural demands; the relationship with the state and traditional society organizations such as political parties and trade unions, and the relationship with both traditional and contemporary media.

* Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas. Universidade Federal de Sergipe. Endereço: Av. Augusto Franco, 3500, casa 129. 49047-040, Aracaju, SE. Telefone: (79) 9998-6357. E-mail: bolano.ufs@gmail.com

** Doutor em Comunicação Social pela Metodista de São Paulo. Universidade Federal Fluminense. Endereço: Rua Marquês de Abrantes, 107, apto. 908, Flamengo, 22230-060, Rio de Janeiro, RJ. E-mail: acabral@comunicacao.pro.br

tradicionais e contemporâneas.

Palavras-chave: Comunicação; Economia política; Movimentos sociais; Megaeventos esportivos.

Keywords: Communication; Political economy; Social movements; Sport mega events.

INTRODUÇÃO

“Dilma, me chama de Copa do Mundo e investe em mim”
Frase publicada em cartazes durante as manifestações nas ruas do Rio de Janeiro, em 2013.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) foram fundamentais para a emergência de movimentos e manifestações tão díspares, mas com bases comuns, como os ocorridos em Chiapas (1994) e Seattle ou Davos (1999 e 2000 respectivamente), ou os mais recentes, como a chamada Primavera Árabe, entre 2009 e 2011, os indignados e os movimentos *occupy* (em vários países, em 2011), o 15M (na Espanha, 2011), além de outras iniciativas em países como México, Peru, Chile, Paraguai, Turquia, Ucrânia.

Em artigo recente um dos autores deste trabalho apresentou uma análise comparativa entre os movimentos sociais da década de 2000 (alterglobalização) e aqueles dos anos 2010 (indignados). Se os primeiros se apropriaram da Internet desenvolvendo ferramentas importantes para sua articulação e atuação em dimensão global, os do segundo tipo assumiram, em grande parte, as plataformas privadas de mídias sociais para se relacionarem. Ao expor conteúdos e ativistas em várias partes do mundo, despertou-se também a importância da Internet como espaço a ser afirmado como direito humano e regulamentado a partir de uma mobilização em escala global. Assim, “as mudanças ocorridas nesse curto período de tempo salientam a necessidade de assumir a regulação da Internet e o acesso ao conhecimento como importantes áreas que transversalizam os ativismos nas novas tecnologias de informação e comunicação” (CABRAL; CARVALHO, 2012, p.2).

Não nos parece adequado, por outro lado, tratar o conjunto desses movimentos como manifestações puramente espontâneas de coletivos que se formam na e a partir da Internet com a disposição de expor injustiças sociais cotidianas. Trata-se, no agregado, desde o início do século e um pouco antes, de um longo processo de mobilizações e de aprendizagem de um movimento social tendente a organizar-se em nível internacional, mas com enormes dificuldades nesse sentido.

As massas se apresentam a cada vez no cenário político, apropriando-se de ferramentas, como os sites de redes sociais – que, no entanto, permanecem massivamente instrumentos de controle social e de acumulação de capital (BOLAÑO; VIEIRA, 2013) – ao mesmo tempo em que produzem um conhecimento relativo a formas de luta e organização, como a própria ideia de ocupação, o reconhecimento, por exemplo, das semelhanças entre o que ocorre dos dois lados da bacia do Mediterrâneo, por parte dos manifestantes do 15M, enfim, a intuição da existência de uma nova cultura política e de uma nova rebeldia, crescentemente radical em certos aspectos, mas ainda limitada na sua capacidade de proposição de uma sociedade alternativa, ainda que todos os elementos de uma nova utopia estejam postos há muito tempo.

No presente texto, trataremos, num primeiro momento, de entender as transformações no capitalismo, desde os primórdios da crise estrutural do padrão de desenvolvimento do pós-guerra, quando surgiu, como realidade e como conceito,

os “novos movimentos sociais” dos anos 1960 e 1970. O eixo teórico que adotamos, nessa perspectiva, é o de uma economia política da comunicação e da cultura (EPC), que se reconhece tanto em Marx como no pensamento econômico e social crítico brasileiro.

Uma vez posta a questão nesse foco histórico ampliado, apresentaremos o movimento de junho de 2013 no Brasil, procurando pistas sobre a sua configuração e identidade, sobre as plataformas de atuação e demandas que empreende e sobre suas interações ou vinculações com os movimentos sociais tradicionais e o posicionamento em relação a temas importantes como a democracia direta, ou as demandas econômicas, políticas e socioculturais em jogo, a posição do Estado, dos partidos, sindicatos e outras instituições sociais, inclusive os meios de comunicação de massa.

Optamos por não apresentar a problemática da comunicação num item separado, como é comum, considerando que ela perpassa, como se verá, cada uma das três partes, na medida em que ela se apresenta claramente hoje como elemento crucial dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais de todo tipo.

MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNICAÇÃO NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XXI

Interessa aqui enfatizar apenas dois aspectos definidores da atual estrutura do capitalismo mundial, que se constituem ao longo da segunda metade do século XX e estão mais diretamente relacionados com as nossas preocupações neste trabalho. O primeiro deles é o renascimento dos movimentos sociais, o que denota a consolidação de uma nova estrutura social do capitalismo global, surgida da reestruturação produtiva iniciada com a crise estrutural dos anos 1970. O segundo, a expansão da Internet e das diferentes tecnologias da informação e da comunicação, que acabam por conformar um extenso espaço cibernético, o qual passa a fazer parte do cotidiano de massas crescentes da população mundial. Ambos os fenômenos estão fortemente imbricados.

Na verdade, desde o surgimento da ideia de “novos movimentos sociais” – por oposição ao velho movimento operário, matriz das revoluções sociais dos séculos XIX e XX – nos anos 1960, duas concepções de mudança social se confrontam. No início das manifestações de junho de 2013 no Brasil, evidenciou-se a tensão em relação a partidos e sindicatos de esquerda, presentes nas ruas com suas bandeiras, faixas, camisas e com sua expertise em matéria de manifestações de rua, motivando um debate importante sobre a viabilidade de um modelo de organização descentralizado, não orientado a organizações partidárias ou sindicais.

De certa forma, o estranhamento inicial entre movimentos fragmentados a partir de várias origens e motivações foi suprimido pela compreensão de uma base comum de reivindicações, apesar de serem mantidas as diferentes culturas em relação à postura nas manifestações e ao papel das instituições com as quais se buscam estabelecer interlocuções. Pablo Ortellado aponta com justeza o paradoxo enfrentado pelos movimentos sociais mais recentes, ao analisar o movimento pelo passe livre, que foi o estopim dos acontecimentos de junho de 2013 no Brasil:

Temos assistido nas últimas décadas o nascimento de movimentos horizontais na forma de organização e autônomos em relação a partidos e instituições. Esses movimentos frequentemente valorizam mais o processo do que o resultado: é o meio pelo qual atuam, a horizontalidade, a democracia direta, assim como a

criatividade das suas ações que dão a eles sabor e sentido. As lutas são ao mesmo tempo experiências vivas de uma democracia comunitária e espaço de auto-expressão contra cultural. Algumas vezes, essa dimensão processual é sobrevalorizada e mesmo contraposta aos resultados práticos da ação política (ORTELLADO, 2013).

A grande imprensa no Brasil, por sua vez, contrapondo o caráter multitudinário das mobilizações de junho, convocadas pelos ditos novos movimentos, a menor adesão da mobilização nacional de julho, convocada pelas centrais sindicais, pretendeu enxergar, nas primeiras, o “povo” (setores de esquerda, no mesmo sentido, mas com sinal oposto, utilizarão o fugidio conceito de “classe média”), na defesa dos interesses nacionais (ou de palavras de ordem burguesas, na versão de esquerda do mesmo argumento), e na segunda, um setor “atrasado”, defendendo palavras de ordem ultrapassadas, como a jornada de trabalho de 40 horas semanais (neste caso, a esquerda oficial não emite julgamento de valor, limitando-se a defender o governo e suas populares políticas de distribuição de renda).

Um olhar menos interessado notará, ao contrário, mais semelhanças do que se imagina entre os dois movimentos. A plataforma de luta, em ambos os casos – ao contrário do maio de 1968 francês, com seus *slogans* revolucionários contra toda autoridade – é decididamente reformista, reivindicando a extensão da democracia e, no fundo, o Estado de bem estar social que nunca chegou a ser efetivamente implantado no país. Mais importante: em ambos os casos, tratava-se de um movimento da classe trabalhadora, isto é, dos trabalhadores representados ou não em sindicatos, dos aposentados, dos jovens trabalhadores, dos estudantes trabalhadores, ou que simplesmente se preparam para o mercado de trabalho, dos trabalhadores desempregados, das mulheres trabalhadoras...

Este é o cerne da questão: as mudanças de ordem estrutural que transformaram o capitalismo, ao longo do século XX, na sua essência. Os novos movimentos sociais dos anos 1960 já eram reflexos dessas mudanças, que ampliaram os setores assalariados da classe média, consequência da expansão tanto da grande empresa capitalista como do Estado intervencionista, keynesiano, do bem estar social. É sobre essa base social que se dará o movimento de subsunção do trabalho intelectual que caracteriza a terceira revolução industrial (BOLAÑO, 2002).

O vetor desse processo é o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação (o segundo elemento de que trata este item), a partir da construção social do conceito de *software*, tornada possível pelo desenvolvimento da microeletrônica, da cibernética e da informática (BOLAÑO, 1995). Com isto, o modo de produção, no seu âmago, torna-se crescentemente informático e comunicacional, transformando-se a base de extração da mais-valia, que privilegiará a exploração das energias mentais através da mobilização das ferramentas cognitivas de uma classe trabalhadora renovada. Este é o determinante em última instância das mudanças, relacionado com a necessidade de garantir determinadas condições de exploração do trabalho.

Note-se, por outro lado, que o desenvolvimento técnico obedece a determinações de ordem social relacionadas ao poder econômico daqueles agentes que logram promover alterações de certos parâmetros a seu favor, que provocarão ações adaptativas da parte de outros atores sociais sem poder econômico (FURTADO, 1969). Neste apartado incluem-se também, por exemplo, as derrotas infligidas à velha classe trabalhadora no momento de implantação do neoliberalismo, como no caso

paradigmático do governo Thatcher, no Reino Unido, visando “quebrar a espinha dorsal” da resistência operária.

Mas o que interessa enfatizar aqui é que o controle da tecnologia e do progresso tecnológico é o recurso de poder estratégico fundamental da classe capitalista industrial e determinante não apenas da dinâmica estrutural, no plano da concorrência intercapitalista, mas também do poderio econômico e militar dos diferentes estados nacionais em disputa pela hegemonia. Este é o determinante em primeira instância das mudanças em questão.¹

O surgimento e expansão da Internet faz parte do projeto estratégico de expansão de um novo *cluster* de inovações implantado a partir da crise estrutural dos anos 1970, do qual fazem parte as tecnologias da informação e da comunicação, as biotecnologias, o desenvolvimento de novos materiais, as nanotecnologias, mas também de um conjunto estratégico de setores, que inclui as telecomunicações, as chamadas indústrias de conteúdo, as indústrias criativas, os serviços em geral, tudo tendente a garantir a retomada da hegemonia industrial dos Estados Unidos, abalada pelo esgotamento do padrão de desenvolvimento e do longo ciclo expansivo do pós-guerra.

O desenvolvimento da Internet é parte integrante, em nível micro, do movimento de reestruturação global do setor das telecomunicações, iniciada pelos Estados Unidos em 1984 e, no nível das políticas industriais mais amplas, dos desdobramentos do projeto global de implantação do novo paradigma industrial da digitalização e da convergência – o que dependeria crucialmente da implantação do projeto, do governo Clinton/Al Gore, das infraestruturas globais da informação –, de acordo com a lógica do complexo industrial-militar-acadêmico norte-americano. Nesse contexto, é sobejamente conhecido o fato de que o surgimento da rede relaciona-se a uma demanda do Departamento de Estado dos Estados Unidos, em função da necessidade estratégica, nas circunstâncias da Guerra Fria, de uma infraestrutura capaz de

manter abertos os canais de comunicação entre os núcleos de pesquisa do grupo de elite das universidades conectadas, os órgãos da inteligência militar e empresas com contratos de fornecimento de alta tecnologia de defesa para o governo norte-americano, na iminência de um confronto real com a União Soviética, constituindo-se, portanto, em um instrumento tecnológico a serviço da defesa de um determinado sistema político e econômico (BOLAÑO et al, 2011, p. 133).

A sua posterior privatização, em 1995, quando a National Science Foundation (NSF) deixa de controlar a rede, em favor de uma organização puramente mercantil, não é uma simples mudança de uma lógica estatal para outra privada, mas algo mais complexo:

¹ O desconhecimento dessa interação complexa entre leis gerais e necessárias da produção capitalista e suas formas de manifestação é o responsável pelos equívocos de interpretação que, no campo da Comunicação, tem levado geralmente a um determinismo tecnológico cuja expressão mais sofisticada talvez seja o primeiro volume da popular trilogia de Castells (1996), tão justamente criticada por Ruy Sardinha Lopes (2008). O desenvolvimento da Internet ilustra bem o caráter de recurso de poder que está na essência da tecnologia, vinculado que é aos movimentos estratégicos que têm garantido a preservação da hegemonia norte-americana, contestada em diferentes níveis (econômico, político, militar) e por diferentes atores globais ao longo dos últimos setenta anos.

há uma mudança fundamental na organização da internet quando se passa de uma lógica estatal-militar-acadêmica, segundo o modelo clássico norte-americano de inovação puxada pelo complexo industrial-militar, a partir de demandas do Departamento de Estado, para outra acadêmico-mercantil, a partir da privatização geral de meados da década de 90. Não se trata somente da passagem de uma lógica estatal para outra privada, mas, por um lado, de uma economia pública, centrada no investimento estatal, para outra de mercado, de acordo com diferentes modalidades de mercantilização e, por outro, de uma lógica política militar, de defesa, para outra, de privatização, regulação e globalização econômica, de apoio à reestruturação capitalista e à manutenção da hegemonia norte-americana nas relações internacionais no campo econômico (BOLAÑO et al 2011, p.48-49).

A consolidação da Internet como rede global, nas proporções em que se deu, é a consolidação desse novo sistema de legitimação, adequado à nova estrutura do capitalismo e sustentado por um novo mecanismo de mediação, cuja relação com a velha Indústria Cultural é um grande desafio de ordem epistemológica que se apresenta para o conjunto do campo da Comunicação hoje. A centralidade da TV de massa no conjunto das indústrias culturais, como sistema, ao longo da segunda metade do século passado, refletia, assim como a organização dos sistemas de telecomunicações antes das reformas iniciadas em 1984, uma situação das relações de poder internacional que se desarticula no período neoliberal, durante o qual avança a internacionalização desses sistemas e o peso do oligopólio global em relação aos oligopólios e monopólios públicos e privados nacionais.

Os debates sobre a regulação da Internet, que certamente se intensificarão após o impacto do Wikileaks e do caso Snowden, fazem parte de uma tomada de consciência em relação a essa problemática mais ampla. Acima de tudo, é preciso reconhecer o fato elementar, mas nem sempre tomado na devida conta, de que o desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo em que abre possibilidades liberadoras sempre renovadas, cria crescentes constrangimentos para sua efetivação. Assim, um sistema dialógico e horizontalizado de comunicação, como a Internet, que facilita a organização dos novos movimentos sociais, serve também, e principalmente, pois é essa a linha hegemônica do desenvolvimento capitalista, para a implantação de um sistema de controle social sem precedentes. É no interior dessa contradição que se deve entender a problemática da comunicação e da cultura relacionada aos novos movimentos sociais do início do século XXI.

MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: O CASO DAS MOBILIZAÇÕES DE 2013 NO BRASIL

A despeito do respaldo popular à condução da presidenta Dilma Rousseff ao governo, com o respaldo do bom desempenho do governo anterior, de Luis Inácio Lula da Silva, especialmente em termos de inclusão social, bem como das vitórias eleitorais incontestáveis de Eduardo Paes e Sérgio Cabral, na prefeitura e no governo do Rio de Janeiro, respectivamente, a sociedade brasileira, e a carioca em especial, já estava se organizando em algumas frentes e com um conjunto de propostas claramente identificáveis, que indicam um crescente descontentamento com a forma tradicional de se fazer política no Brasil e com o conjunto da chamada classe política

brasileira, inclusive com os políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores, que não alteraram essa cultura política após a sua chegada ao poder, em 2002.

Os movimentos de junho de 2013 questionarão, em particular, os enormes gastos públicos em obras para os grandes eventos esportivos com os quais o Brasil se comprometeu e que deveriam servir à consolidação de uma imagem externa de país emergente dinâmico e inclusivo. Ora, o avanço da inclusão social do período Lula, ou mesmo as vitórias setoriais que o governo podia exibir, estavam longe de garantir a superação dos problemas graves do subdesenvolvimento. A compreensão da disparidade entre o investimento despendido para as obras relacionadas aos megaeventos e a ausência de investimentos em setores como a saúde, a educação, ou a mobilidade urbana acionou uma mobilização transversal relacionada a várias temáticas e gerações no país.

O atendimento às exigências da FIFA para a realização da Copa do Mundo em 2014 foi apropriado simbolicamente pelos manifestantes, com a palavra de ordem “quero hospitais e escolas padrão FIFA”, que teve importante impacto na mídia internacional pela especificidade da manifestação e por seu paradoxo: os habitantes do “país do futebol” se mostravam contrários à entidade máxima do esporte e, mais, contra a realização de seu evento mais significativo e abrangente. Contra a ideia comum de um povo unido pelo esporte, ansioso por sediar novamente a Copa do Mundo, tantas décadas após o sonho frustrado de 1950, os manifestantes exibiam cartazes, deixando claro, em bom inglês: “*we don’t need the World Cup*”.

Assim, as respostas localizadas, em diferentes cidades, por parte do movimento social, especialmente o movimento estudantil, contra aumentos nas passagens de ônibus urbanos, acabarão por se tornar o estopim das enormes manifestações que ocorrerão por todo o país em junho de 2013. Não se trata de uma explosão de pura espontaneidade, mas da primeira manifestação massiva da nova forma que assumem os movimentos sociais no Brasil do início do século XXI, momento significativo de uma transição que já tinha também a sua história.

No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a luta contra a destruição de lugares já consagrados da cultura, da educação e do esporte carioca, em benefício das obras exigidas pela FIFA ou pelo Comitê Olímpico Brasileiro – COB; contra as remoções forçadas em favelas que integram o trajeto dos espectadores das competições mundiais que a cidade está para receber, somando-se às várias greves do funcionalismo público federal, mas também estadual e municipal em 2012, já faziam parte das manifestações com as quais o povo carioca estava lidando há tempos.

O Comitê Popular Copa & Olimpíadas², organizado a partir de um conjunto de organizações e lideranças populares em vários estados desde o Fórum Social Urbano, realizado em 2010 no Brasil, vem criticando de modo frontal o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro, motivada pela construção de imagem de cidade global para um conjunto de megaeventos esportivos sediados na cidade, com destaque para a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016, colocando em evidência seus prejuízos para a população local, que não se esquecera da má sucedida e subaproveitada iniciativa de 2007, com a realização dos Jogos Pan-americanos na cidade.

Uma das ações específicas de maior envergadura, realizada pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), foi a realização do vídeo “Who wins this

² <http://comitepopulario.wordpress.com/>

match?”, entregue à Comissão de Direitos Humanos da ONU em sua 23ª sessão. A ANCOP luta pela imediata paralisação das remoções forçadas por parte das autoridades brasileiras, estimando em 200 mil pessoas os atingidos por despejos em função das obras para os eventos. Além disso, em dezembro de 2011, o grupo já havia lançado o Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, bem como seu Sumário Executivo, em inglês³, com dados e informações sobre impactos de obras e transformações urbanas realizadas para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016.

Quatro dessas transformações se relacionam diretamente ao Complexo do Estádio Maracanã e seus arredores: dentro do terreno, o Estádio Célio de Barros, de atletismo, e o Parque Aquático Júlio de Lamare, que vêm prestando serviços à comunidade na oferta de atividades esportivas a baixo custo; nos arredores, a Escola Municipal Friedenreich, querida e reconhecida por alunos e seus familiares e a antiga sede do Museu do Índio, na qual três tribos conformaram um espaço denominado Aldeia Maracanã e passaram a ocupar o local, desenvolvendo a proposta de um Centro de Referência da Cultura Indígena, junto com outras pessoas que aderiram à causa.

Na verdade, o acordo com a FIFA já envolvia um incômodo, referente à realização da concorrência para a realização das obras no Maracanã, na medida em que a formulação do projeto contou com um estudo realizado por uma empresa pertencente a um grupo diretamente interessado em obter a concessão. As transformações propostas para o Maracanã, além de só interessar à exploração comercial posterior aos eventos, incluíam o desmonte daqueles espaços de interesse social, inclusive esportivo, prejudicando claramente a sociedade, o que chamou a atenção do Ministério Público, que chegou a entrar com uma ação para suspender o processo de licitação, derrubada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro⁴.

A manutenção dos espaços esportivos, no entanto, foi conquistada após a grande pressão popular⁵. As manifestações de junho de 2013 deram, neste caso, visibilidade e força aos movimentos específicos que se organizavam em torno da preservação desses lugares, garantindo uma vitória – ainda que temporária ou parcial – inesperada considerando-se a anterior correlação de forças, que não podem ser bem entendidas sem considerar a existência de redes e movimentos sociais específicos, como esses, cujas reivindicações foram imediatamente percebidas e legitimadas pelo conjunto dos manifestantes, que as reconhecem como parte dos temas de fundo mais gerais, capazes de estender os protestos a uma parcela mais significativa da população.

Seja pela expansão das várias lutas e frentes de atuação trazidas às ruas por segmentos distintos da população, seja pelo inicial estranhamento entre manifestantes, que deverão encontrar em seguida formas de convivência e de ação comum organizada – como no caso emblemático das relações com o movimento sindical e organizações partidárias –, vemos que se trata de um movimento complexo

³ http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=394:remoções-forçadas-denunciadas-em-video-lançado-na-onu

⁴ <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/04/rj-recorre-e-justica-suspende-liminar-que-impedia-licitacao-do-maracana.html>

⁵ <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,pista-do-celio-de-barros-sera-reconstruida-pelo-governo,1081724,o.htm>

de construção de uma consciência coletiva, sem a qual não se poderá chegar muito longe.

O Fórum Unificado de Lutas⁶ foi organizado como desdobramento orgânico das manifestações, explicitando bandeiras de luta diante de uma crítica ingenuamente disseminada a respeito da ausência de razões concretas pelas quais os movimentos se moviam. Seus cinco eixos são trabalhados a partir dos seguintes temas: transporte público gratuito e de qualidade; contra a privatização de áreas essenciais para a população; pela anistia dos presos criminalizados durante as manifestações passadas; contra o abuso de poder nas manifestações e pela democratização dos meios de comunicação⁷.

Assim, o aumento de transporte anunciado por vários governantes em todo o país serviu praticamente como ponto de partida para a articulação das lutas existentes antes de junho de 2013. Num cenário de lutas fragmentadas na educação, na saúde, na moradia, entre outros setores, a intenção do aumento dos transportes públicos significou, para o conjunto dos trabalhadores e a população de baixa renda, a gota d'água capaz de dar vazão a uma indignação acumulada. Com a iminência do aumento das passagens, que chegou a ser implementado em algumas cidades, a política mexeu significativamente no bolso de um segmento maior de brasileiros e foi o estopim para a realização de manifestações mais amplas, mas que ainda eram muito restritas, comparadas com as que logo se sucederam.

O MPL – Movimento Passe Livre – se afirmou como motor das manifestações, trazendo ao conhecimento geral bandeiras como a do passe livre e da mobilidade urbana para o debate público. Vale dizer que o MPL já tem quase uma década de existência, tendo se organizado a partir da articulação de diversos grupos de estudantes que trabalhavam com a agenda do passe livre em diferentes cidades brasileiras. A maturação do MPL fez incorporar outras bandeiras de luta como a da Tarifa Zero, da mobilidade urbana, sobre o direito à cidade e o acesso ao transporte como direito social.

A primeira reação da mídia hegemônica e dos políticos diretamente afetados, de diferentes partidos, dos governadores aos prefeitos do Rio e de São Paulo, foi classificar os manifestantes como perturbadores da ordem, ressaltando mais os transtornos causados do que as demandas. No entanto, a truculência policial na abordagem das manifestações em várias cidades, bem como a agressão a jornalistas no pleno exercício de suas funções nas ruas, proporcionou uma reorientação do discurso midiático, o qual passou a diferenciar entre manifestantes e “vândalos”. Também os políticos mudaram o discurso, a começar pelo prefeito de São Paulo, mas isso não impediu que arbitrariedades continuassem a ser cometidas⁸.

⁶ <https://www.facebook.com/events/516593991771609/>

⁷ Atualmente o Fórum se organiza a partir de núcleos temáticos e locais, concentrando também uma forte ação nas mídias sociais e utilizando ferramentas de compartilhamento e transmissão de conteúdos como o Twitcast, para transmissão de vídeos em tempo real, usado nas passeatas e documentários especiais. Iniciativas paralelas e transversais como o Meu Rio ou o Rio na Rua se relacionam de maneira mais próxima ou distante com o Fórum, que não conta com uma organização centralizada e programática, mas serve mais como espaço de interlocução de ações voltadas para a expansão dos protestos e manifestações.

⁸ Seja como for, as pressões feitas através de sucessivos protestos renderam resultados, em particular o recuo das tentativas de aumento dos transportes por parte dos prefeitos, mas também a disposição manifestada pela presidente Dilma – ainda em junho, após reunião com integrantes do MPL – em

Nessas condições, estreia no Brasil a tática dos Black Blocs, utilizada desde o final dos anos 1990 na Europa e nos Estados Unidos, visando, pela definição de cordões de segurança nas alas de frente das manifestações, garantir a participação dos demais integrantes contra os excessos das abordagens policiais. Trata-se, portanto, de uma reação extrema à violência do Estado que, por sua vez, ao perder a capacidade de ação (repressiva ou negociadora) sobre uma liderança que não se identifica, responde com violência indiscriminada, perdendo ainda mais a legitimidade.

O acionamento da tática Black Bloc, no entanto, é muito arriscado, pois tende a dissociar-se da própria condução do movimento, principalmente porque qualquer indivíduo pode incorporar-se aos tumultos, facilitando a infiltração de todo tipo de provocadores, inclusive do crime organizado, ou paramilitares. Assim, torna-se muito difícil manejar formas de violência controlada e essencialmente simbólica, especialmente num país tão estruturalmente violento como o Brasil.

No caso dos movimentos de junho de 2013, a polícia, após muitas indecisões sobre como atuar diante de um movimento desprovido de lideranças, começa a abrir espaços para que excessos fossem cometidos pelos manifestantes, permitindo a identificação de culpados e minimizando a legitimidade do movimento junto à opinião pública. Em todo caso, vale ressaltar que a palavra de ordem mais radical das manifestações acabou sendo a da “desmilitarização da PM”, demandada a partir das sucessivas arbitrariedades cometidas por seus integrantes e que hoje permanece na ordem do dia dos debates sobre segurança pública, criminalidade e direitos humanos no país.

Outro aspecto fundamental, a ser considerado é o das relações entre o movimento e os meios de comunicação de massa, que tem uma história longa no Brasil. A hostilidade do movimento social em relação aos meios – especialmente a TV e em particular a Rede Globo, paradoxalmente a mais popular empresa de comunicação do país – apresentou-se de forma paradigmática e amplamente analisada, já no movimento das Diretas Já (ver, por exemplo, BOLAÑO, 1988).

Invariavelmente, a tensão se expressa em relação aos profissionais que cobrem os movimentos, o que provocou, no caso em exame, indignação na categoria dos jornalistas, também cidadãos e trabalhadores, aliás, diretamente explorados pelo capital midiático, mesmo que essa identidade esteja ainda em boa medida por ser construída.

Mais importante, no confronto com a mídia tradicional – mais do que o incêndio de carros de reportagem, ou a depredação da fachada de um prédio da Globo no Rio de Janeiro – foi o surgimento de uma mídia das ruas, formada a partir do conjunto de aparatos tecnológicos de captação, edição e transmissão pela Internet, que se materializa em iniciativas como a Mídia Ninja (sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), o que proporcionou intensos debates no meio dos manifestantes em relação ao modo de como lidar com o jornalismo, jornalistas e seus locais de produção. Por outro lado, a intensa utilização das mídias sociais permitiu a formação de redes distintas para a otimização de ações, bem como a intensificação de conflitos.

Não é possível entrar em detalhes sobre o ponto neste texto, mas trata-se de um tema absolutamente central ao qual deveremos retornar em futuras análises, pois se

instaurar cinco pactos nacionais: investimentos em transportes públicos, reforma política e combate à corrupção, investimentos em saúde e educação, além de responsabilidade fiscal.

refere, em última instância, às perspectivas de construção de formas avançadas de comunicação capazes de garantir a apropriação social de instrumentos tão necessários para o movimento social como foram os jornais nas revoluções burguesas do passado, ou na revolução russa. É óbvio que o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação está na base desse movimento, mas o fundamental reside no plano político e econômico, relativo à construção e preservação das condições de autonomia cultural por parte do movimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações de junho de 2013 no Brasil foram uma grande – se não a maior – oportunidade para levar a população brasileira em larga escala, em várias cidades do país, a demonstrar sua indignação contra diversas políticas em curso no país, no que Dagnino (2004) define como confluência perversa de práticas neoliberais e distributivas. As políticas sociais adotadas desde o governo Lula, para a autora, ao expandir a oferta de cursos universitários, teria feito emergir uma população mais esclarecida, compreensão semelhante, aliás, a da presidenta Dilma Rousseff, quando afirma, frente às manifestações, que “democracia pede mais democracia”.

Tanto os governos ligados a partidos de direita, como os da base de sustentação do governo Dilma, foram alvos da crítica relacionada a distintas reivindicações levadas a cabo pela população, organizada em frentes e movimentos aparentemente desorientados. Vistos mais de perto, trata-se de coletivos com uma prática diferenciada, que se apropriam da Internet e suas ferramentas para se articular e incorporam a metáfora das redes e da circulação de conteúdos para sua organização em distintos territórios, obrigados que estão a lidar com a complexidade da nova estrutura sociotécnica.

Um desses desafios postos pela nova realidade, que os movimentos sociais devem enfrentar, é o da compreensão dos processos de regulamentação e regulação das políticas, buscando a afirmação de mecanismos de democracia direta. Se a pauta das reivindicações é determinantemente reformista, o desgaste com a mídia e as organizações políticas tradicionais denota a necessidade de propostas que incidam em mudanças estruturais nos modos de definição política, compreendendo um envolvimento mais efetivo da sociedade, através de audiências públicas, conselhos e conferências, com processos decisórios que efetivamente influam no fazer político e sejam fruto de representações que mantenham diálogo constante com a população.

A Internet está longe de oferecer ameaça ao capital por si. Pelo aqui demonstrado, muito pelo contrário, reforça os interesses do capital. A apropriação social desses instrumentos, no entanto, têm se mostrado fundamental, como no caso do ativista Bruno Torturra. Acusado de atirar um coquetel *molotov* contra um policial, durante manifestação na frente do Palácio Guanabara, residência oficial do Governador do Estado do Rio de Janeiro, foi preso e enviado pela Polícia Militar, ao Presídio Bangu I, onde se encontram presidiários de alta periculosidade. As imagens de toda a manifestação disponíveis em plataformas como Youtube e Facebook, no entanto, comprovaram sua inocência.

Artigo recebido em 19/01/2014 e aprovado em 05/03/2014

REFERÊNCIAS

BOLAÑO, Cesar Ricardo Siqueira. Economía política, comunicación y globalización. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 147, 1995.

_____. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-78, dez. 2002.

BOLAÑO, Cesar Ricardo Siqueira; HERSCOVICI, Alain; CASTAÑEDA, Marcos Vinicius; VASCONCELOS, Daniel. **Economia política da internet**. 2.ed. Aracaju: Editora UFS, 2007.

_____; VIEIRA, Eloy Santos. Economia política da internet e os sites de redes sociais e luta de classes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36, Manaus. **Anais...** Manaus: Intercom, 4/7 set. 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0126-1.pdf>. Acesso em: 25 maio 2014.

CABRAL, Adilson; CARVALHO, Aline. **Da alterglobalização à indignação: reconstruindo as redes sociais no início do Século XXI**. Disponível em: http://www.dialogosfelafacs.net/wp-content/uploads/2013/01/86_Revista_Dialogos_Da_alterglobalizacao_a_indignacao_reconstruindo_as_redes_sociais.pdf. Acesso em: 10 jan. 2014.

CASTELS, Manuel. **La era de la información**. Madrid: Alianza Editorial, 1996. v. 1: La sociedad en red.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Univ. Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1969. Coleção Os Economistas.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Org.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOPES, Ruy Sardinha. **Informação, conhecimento e valor**. São Paulo: Radical Livros, 2008.

ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: 20 CENTAVOS: a luta contra o aumento. São Paulo: Veneta, 2013.